



ESTADO DO PIAUÍ  
Assembleia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 481/2021

Teresina (PI), 21 de setembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor  
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
NESTA CAPITAL

www.protocolo.leg.pi.gov.br  
AF0101.00000001  
Data: 22/09/2021

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei(\*)** de autoria do Deputado **Gessivaldo Isaías** que:

*“Dispõe sobre a instituição, no âmbito do Estado do Piauí, do “Programa Veículo Legal”.*

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

(\*) Mídia eletrônica do autógrafo do projeto encaminhada ao Poder Executivo.

Protocolado em 20/09/2021 às 14h51m  
Assinatura: [Assinatura]



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

INDICATIVO Nº 05, DE

DE

DE 2020

*Dispõe sobre a instituição, no âmbito do Estado do Piauí, do "Programa Veículo Legal".*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Piauí, o "Programa Veículo Legal".

Art. 2º O "Programa Veículo Legal" compreende a disponibilização, pelo Poder Público, em blitz e operações de fiscalização policiais e de trânsito realizadas no âmbito do Estado do Piauí, de ferramentas, dispositivos e/ou equipamentos que possibilitem ao proprietário ou condutor do veículo o pagamento, no ato de fiscalização pela autoridade competente, das pendências, débitos e eventuais encargos financeiros existentes no prontuário de veículo automotor no momento da abordagem, visando evitar o recolhimento do veículo nas situações em que a autoridade constatar, como irregularidade, exclusivamente a falta de regularização documental veicular.

Parágrafo único. A devida comprovação documental ou por meio hábil eletrônico, de regularização documental veicular, através da regularização financeira, possibilitará que o veículo automotor seja liberado na via pública, sendo desnecessária a adoção de medida administrativa de remoção ao Depósito credenciado nos termos do parágrafo único do art. 133 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações incluídas pela Lei Federal nº 13.281, de 04 de maio de 2016.

Art. 3º O Programa "Programa Veículo Legal" deverá estabelecer:

I - as ações, o cronograma e os prazos para a viabilização e implementação do Programa no Estado do Piauí;

II - a qualificação das autoridades policiais e de trânsito devidamente habilitadas para a execução do Programa;

III - a forma de registro a ser adotada pelas autoridades policiais e de trânsito, nas anotações constantes da ficha de ocorrência, para fins de:

a) comprovação quanto à oportunidade viabilizada ao condutor/proprietário abordado para o respectivo pagamento e regularização documental veicular, através da disponibilização de mecanismos eletrônicos de consulta veicular e de pagamento pelo Poder Público;

b) comprovação quanto a efetiva regularização documental veicular que der causa a liberação do veículo, através do comprovante de regularização financeira;

c) comprovação quanto aos motivos da não regularização documental veicular que der causa ao recolhimento do veículo.



# **ESTADO DO PIAUÍ**

## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Art. 4º Os órgãos executivos de trânsito e rodoviário estaduais, em conjunto com a Secretaria de Fazenda do Estado – SEFAZ – e instituição bancária credenciada/conveniada, adotarão as medidas necessárias à celeridade na implementação da cobrança de débitos veiculares pendentes, através de mecanismos portáteis eletrônicos para consulta em tempo real (online), com a disponibilização das ferramentas, dispositivos e equipamentos aos órgãos de fiscalização, além da integração de dados em plataforma pública informatizada, a ser desenvolvida por entidade de processamento de dados credenciada/conveniada, disponibilizada aos órgãos integrantes do Sistema Integrado de Trânsito - SIT - sob a coordenação do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PI.

§ 1º O mesmo procedimento de cobrança de débitos infracionais e de multas de trânsito vencidas será aplicado na fiscalização dos veículos estrangeiros em circulação na circunscrição do Estado do Piauí.

§ 2º A entidade de processamento de dados credenciada/conveniada, poderá desenvolver sistema informatizado para integração de dados financeiros e veiculares visando a comprovação das situações documentais veiculares e a sua integração dos equipamentos portáteis, compatíveis com o sistema informatizado dos órgãos financeiros aptos a receberem os respectivos pagamentos.

Art. 5º Excluem-se do disposto nesta Lei os veículos envolvidos em ilícitos policiais e os com pendências judiciais.

Art. 6º Fica estabelecido o prazo máximo de até 6 (seis) meses para que seja implementado, em definitivo, o "Programa Veículo Legal" no âmbito do Estado do Piauí.

Art. 7º O Poder Público poderá firmar convênio visando a implementação dos preceitos desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 25 de maio de 2021.



Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente